

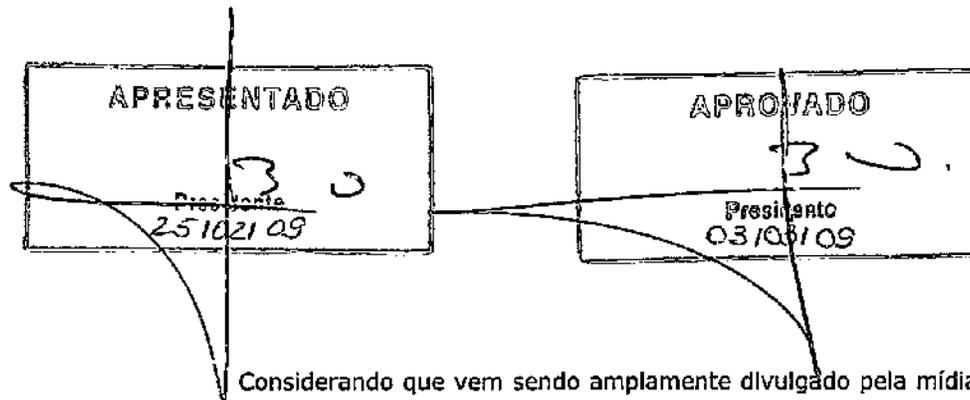


Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

MOÇÃO Nº

00007

Apelo ao Governo do Estado por revisão das políticas para a educação, em conjunto com grupos representativos de professores, pais e alunos.



Considerando que vem sendo amplamente divulgado pela mídia que, dos 214 mil professores que se submeteram à prova da Secretaria de Estado da Educação, 3 mil tiraram zero, ou seja, não acertaram uma única questão sobre a matéria que lecionam ou deveriam lecionar em sala de aula;

Considerando que, informam os números finais, pelo menos metade dos professores ficou com nota abaixo de cinco;

Considerando que o episódio evidenciou a necessidade premente do Governo do Estado de rever suas políticas para a educação, posto que o processo seletivo em questão teve como foco a Proposta Circular da Secretaria de Estado da Educação implantada na rede de ensino no decorrer de 2008;

Considerando que toda a polêmica mostrou a fragilidade da formação continuada dos profissionais de educação;

Considerando que as notas atribuídas ou foram protesto dos professores que não responderam as questões, ou simplesmente demonstraram a desatualização dos profissionais;

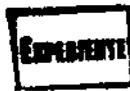
Considerando que o Governo vem agindo unilateralmente em suas decisões, sem ouvir as associações e sindicatos representativos da categoria, os profissionais que atuam na escola pública, os pais e alunos, para saberem deles o que seria necessário para a melhoria do ensino;

Considerando que as decisões sobre projetos implantados, elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação destes, sempre são tomadas sem ouvirem as partes interessadas;

Apresentamos à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta MOÇÃO DE Apelo ao Governo do Estado por revisão das políticas para a educação, em conjunto com grupos representativos de professores, pais e alunos, dando-se ciência desta deliberação ao Sr. Governador do Estado, à Secretária de Estado da Educação e ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo-APEOESP.

Sala das Sessões, 25/02/2009

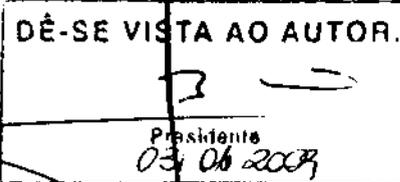

DURVAL LOPES ORLATO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS

São Paulo, maio de 2009.

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ GALVÃO BRAGA CAMPOS "Tico"
Presidente da Câmara Municipal de
Jundiaí - SP



Protocolo nº 27.123/09-SRM/mlgf

Senhor Presidente,

Acusamos, em nome do Governador José Serra, o recebimento do Ofício nº PR/DL 94/2009, de 03 de março de 2009, encaminhando cópia da Moção nº 07/09, de autoria do Vereador Durval Lopes Orlato, de apelo por revisão das políticas para a educação, em conjunto com grupos representativos de professores, pais e alunos.

Consultamos a Secretaria da Educação, que se manifestou a respeito do assunto, conforme transcrevemos abaixo:

"Temos as seguintes considerações, a ponderar diante da argumentação abordada na referida Moção.

De início, sabemos que todas as ações em políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a educação, podem e devem ser aprimoradas, pois tal atitude faz parte da própria natureza do processo pedagógico.

Da mesma forma, também é consenso que resultados educacionais demonstram sua evolução a médio e longo prazos, por meio de indicadores diversos e não da interpretação de fatos pontuais que podem nos levar a análises parciais e ou equivocadas.

Ainda assim, quanto ao fator pontual, amplamente divulgado pela mídia, parágrafo primeiro da moção que alude ao processo de classificação dos docentes não efetivos, cumpre esclarecer que o mesmo foi previamente discutido com a entidade que representa o magistério - APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) - e a partir de tal negociação foi acordado que a referência bibliográfica a ser exigida se reportaria exclusivamente ao conteúdo da Proposta Curricular da Secretaria da Educação, implantada em 2008.

Apesar desse acordo, a própria Apeoesp entrou na Justiça, dias depois da aplicação da prova, com pedido de invalidação do processo, sendo que a Secretaria conseguiu derrubar essa liminar.

Todavia, a mesma entidade insistiu com nova liminar, no início de fevereiro, que para ser revertida comprometeria o processo de atribuição de aulas e o início do ano letivo, por via de consequência.

Desse modo, à Secretaria da Educação restou cumprir a ordem judicial e manter a atribuição de aulas com base apenas no tempo de serviço e não mais com base no tempo e resultado da prova classificatória como era sua intenção.

Não entendemos que tal "polêmica" demonstre a "fragilidade da formação continuada".



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS

Sabemos sim, que a questão da formação dos professores, de modo geral - e isto é tema de agenda nacional na educação - é comprometida já em sua fase inicial: a de graduação.

Tal formação tem como desafio aproximar a fundamentação teórica e os conteúdos acadêmicos da realidade das salas de aulas das escolas.

A partir daí surge a necessidade dos sistemas e redes investirem em programas de formação continuada, acoplada a outras ações, pois não é possível melhorar a qualidade da educação sem investir em frentes diversas.

Sendo assim, a própria elaboração de uma Proposta Curricular para o Estado de São Paulo constituiu-se em uma delas.

Em 2008, todas as unidades e professores da rede estadual receberam os materiais da Proposta Curricular, destinados a cada disciplina de cada série dos dois níveis de ensino, (Fundamental e Médio), acompanhados de videoconferências, cadernos do professor (um para cada bimestre, série e disciplina), sugestão de materiais de apoio, auxílio do Professor Coordenador (foi introduzido um PC-Professor Coordenador - para cada segmento da escola: PC Ciclo I, PC Ciclo II e PC do EM) sendo que este recebeu material específico para implantação da Proposta Curricular (Caderno Gestor 1, 2 e 3) com objetivo de trabalhar no HTPC (horas de trabalho pedagógico coletivo) e no acompanhamento dos docentes, os conteúdos programáticos, metodológicos e de avaliação das Propostas, com atuação, ainda, dos Professores Coordenadores das Oficinas Pedagógicas das Diretorias de Ensino em nível regional.

Concomitantemente foi aberto canal de comunicação, através do site da Secretaria, no Programa São Paulo Faz Escola, por meio do qual os professores puderam se manifestar, enviando dúvidas, críticas e sugestões, que subsidiaram a formulação final da Proposta Curricular que irá para as escolas em 2009, assim como o Caderno dos Alunos, que atende uma das reivindicações da rede.

Isto posto, não procede a argumentação da falta de consulta ou de formação continuada em relação à Proposta Curricular.

Por outro lado, pais e alunos, também são consultados e ouvidos através de um dos instrumentos utilizados no SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), composto por questionários específicos voltados para os mesmos.

Aliás, tais questionários também foram aplicados a Supervisores, Diretores e Professores, com objetivo de coletar dados associados ao desempenho das escolas.

Retomando a questão dos indicadores, abordada ao início do presente, é importante salientar que a cultura avaliativa institucional se constitui, hoje, em demanda da própria sociedade que percebe a necessidade da melhoria da educação no país e em nossas escolas em particular, pois gerimos a rede paulista.

Assim, em São Paulo, foi implantado o IDESP - Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo - para acompanhar e monitorar o sistema e as escolas, estabelecendo metas para cada uma, a curto, médio e longo prazos e considerando como ponto de partida a pontuação na qual cada uma se encontra, de modo a compará-la com ela mesma e propondo metas a alcançar, com apoio de ações da Secretaria, tais como Programas de Recuperação da Aprendizagem.

Cumpra salientar que o IDESP possui um diferencial em relação ao IDEB (o índice nacional). Enquanto o IDEB trabalha com a média do desempenho dos alunos nas avaliações nacionais, realizadas a cada dois anos, o IDESP considera,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS

além do fluxo escolar (em quanto tempo o aluno aprende), o desempenho escolar (o que o aluno aprende), via resultados do SARESP de Língua Portuguesa e Matemática, aplicado anualmente e utilizando quatro diferentes níveis de desempenho (abaixo do básico, básico, adequado e avançado), induzindo, dessa forma, a um processo de melhoria com equidade que não é garantido quando se utiliza a média.

Nosso resultado no IDESP, fazendo o comparativo entre 2007 e 2008, apresenta a seguinte evolução:

Índice do Estado –

8ª série do EF - de 2,54 para 2,60 - 3ª série do EM - de 1,41 para 1,95.

Índice da CEI (Coordenadoria de Ensino do Interior)

8ª série do EF - de 2,77 para 2,78 - 3ª série do EM - de 1,54 para 2,12

Índice da Diretoria de Ensino de Jundiaí

8ª série do EF - de 2,93 para 3,01 - 3ª série do EM - de 1,65 para 2,25

Índice do Município de Jundiaí

8ª série do EF - de 2,93 para 3,00 - 3ª série do EM - de 1,74 para 2,37.

Deixamos de mencionar os resultados da 4ª. série do EF, pois nesse município esse atendimento é feito integralmente pela rede municipal e os dados acima referem-se, exclusivamente, às escolas da rede estadual.

Como se pode observar em todos os índices, existe uma evolução positiva com crescimento mais significativo no EM. (fonte: site da Secretaria - ícone PQE - Programa de Qualidade na Escola).

Além do IDESP, é fundamental acrescentar outro indicador: os índices de evasão.

Sua evolução, comparando 1998 com 2008, nos mostra que, na rede estadual, a taxa do Ensino Fundamental passou de 4,6% para 1,4% e a do Ensino Médio de 10,8% para 5,4%. (fonte: CIE/SEESP (Centro de Informações Educacionais/Secretaria da Educação), baseado em informações do Censo Escolar-série Documentos - publicação 2009).

Como sabemos, a evasão retrata a quantidade de alunos que abandona os estudos e, neste quesito, nossa evolução também é altamente positiva.

Finalmente, ao acoplarmos a melhoria gradual do IDESP com a melhoria das taxas de permanência do aluno na escola, podemos concluir que, continuamente, um número cada vez maior de alunos está melhorando sua aprendizagem.

Obviamente isto não significa que estejamos satisfeitos com estes resultados, mas certamente eles nos indicam que as políticas em desenvolvimento nos últimos anos encontram-se no rumo certo e que as readequações necessárias também estão sendo introduzidas ao longo desse percurso.”

Colocamo-nos à disposição, e aproveitamos a oportunidade para enviar os nossos cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,

Rubens E. Cury
Subsecretário da Casa Civil